

**PROGRAMA DE INOVAÇÃO ABERTA**

**BRDE**



**2022**



**Edital de Licitação de Soluções Inovadoras**

**BRDE nº 2022/001**

## BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

# EDITAL

## LICITAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS BRDE nº 2022/001

**OBJETO:** Seleção de projetos de soluções inovadoras para os desafios descritos e detalhados no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

INÍCIO DAS INSCRIÇÕES	FINAL DAS INSCRIÇÕES
15/06/2022	29/07/2022
Às 14h00min	Às 18H00min

O edital e seus anexos podem ser obtidos através da internet no endereço eletrônico site <http://www.brde.com.br>.

**DÚVIDAS SOBRE O EDITAL:** Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao edital e seus anexos poderão ser solicitados por qualquer interessado **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para encerramento das inscrições**, exclusivamente através do e-mail [copel@brde.com.br](mailto:copel@brde.com.br). As respostas aos questionamentos serão publicadas no endereço eletrônico <http://www.brde.com.br>.

**CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA:** O Código de Conduta Ética do BRDE sistematiza os valores essenciais que norteiam os relacionamentos internos e externos com os diversos segmentos da sociedade. **As licitantes interessadas deverão observar fielmente todas as disposições contidas no Código**, disponível em [https://www.canalintegro.com.br/Clientes/Brde/download/codigo\\_conduta.pdf](https://www.canalintegro.com.br/Clientes/Brde/download/codigo_conduta.pdf).

## **LICITAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS BRDE nº 2022/001**

O **BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE**, instituição financeira pública, com sede em Porto Alegre/RS, na Rua Uruguai nº 155 – 4º andar, inscrito no CNPJ/MF sob nº 92.816.560/0001-37, torna público que realizará **LICITAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS**, na forma abaixo, regido pela Lei nº 13.303 de 30.06.2016, Lei Complementar nº 182, de 01.06.2021 e pelo Regulamento de Licitações do BRDE, publicado na página eletrônica do BRDE ([www.brde.com.br](http://www.brde.com.br)), e os termos e condições do presente edital.

### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. Esta licitação é composta pelas seguintes etapas:

- I. Análise de conformidade da inscrição;
- II. Formação da lista curta;
- III. Pitch (apresentação);
- IV. Imersão;
- V. Julgamento Econômico da Proposta;
- VI. Negociação;
- VII. Habilitação;
- VIII. Contratação.

1.2. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF.

1.3. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes neste edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado, com exceção de previsão ao contrário devidamente publicada pelo BRDE.

1.4. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

1.4.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no BRDE.

### **2. DO OBJETO**

2.1. O objeto do presente edital é a seleção de projetos de soluções inovadoras para os desafios descritos e detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital.

### **3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1. O total de recursos destinados à contratação das soluções inovadoras por esta licitação é de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), os quais serão pagos de acordo com os investimentos e cronogramas pactuados durante as negociações de que trata o item 10.

3.1.1. O valor indicado no subitem 3.1 é o montante global máximo que será destinado para a presente licitação. O valor de cada Contrato Público de Solução Inovadora será aquele aprovado pela Diretoria do BRDE à época de sua celebração

### **4. DA PARTICIPAÇÃO**

4.1. Poderão participar desta licitação as empresas enquadradas como startups, nos termos do Art. 4º da Lei Complementar nº 182/2021, que atenderem a todas as exigências constantes do presente Edital e seus anexos.

4.2. Estará **IMPEDIDA** de participar desta licitação a pessoa jurídica:

- I. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado do BRDE;
- II. Suspensa pelo BRDE / pela empresa pública ou sociedade de economia mista;
- III. Incluída no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, conforme art. 37 da Lei 13.303/2016;
- IV. Declarada inidônea por empresa pública ou sociedade de economia mista, pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- V. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VII. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- IX. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- X. Que componha Grupo Econômico no qual pelo menos uma das empresas integrantes venha a participar da presente licitação.

4.3. Aplica-se a vedação prevista no item 4.2:

- I. À contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- II. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
  - a) Dirigente do BRDE;
  - b) Empregado do BRDE cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
  - c) Autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.
- III. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o BRDE há menos de 06 (seis) meses.

4.4. Caso constatado, ainda que posteriormente, qualquer situação irregular relativa à PARTICIPAÇÃO, o interessado será desqualificado, ficando este e seus representantes incursos nas sanções previstas na Lei nº 13.303/16.

4.5. Além das condições de enquadramento, as startups deverão atender às seguintes condições:

- I. Encontrar-se em fase de operação ou superior, enquanto salvaguarda à execução do objeto;
- II. Deter os direitos autorais e demais direitos conexos relativos às soluções que apresentarem.

4.6. Está vedada a participação de software houses e de empresas tradicionais, por não enquadramento ao disposto no Art. 4º da Lei Complementar nº 182/2021.

4.7. Está vedada a formação de consórcio de empresas, em face do objeto licitado não se configurar como de alta complexidade tampouco de grande vulto econômico, bem como pela ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a sua execução.

4.8. A participação na presente licitação implica para o interessado:

- I. A leitura e compreensão de todas as suas regras;
- II. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste edital e em seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo;
- III. Cessão de direitos sobre depoimentos, apresentações e outras formas de exposição semelhantes;
- IV. A autorização do uso e cessão de direitos de imagem e voz decorrentes de eventual filmagem e fotografias realizadas no âmbito das ações desta seleção, para reprodução e composição de material do BRDE.

## **5. DAS INSCRIÇÕES**

5.1. O período de inscrição será das 14:00 do dia 15/06/2022 até às 18:00 do dia 29/07/2022.

5.2. As inscrições para este processo de seleção serão realizadas **exclusivamente** pelo site [www.brdelabs.com.br/pr](http://www.brdelabs.com.br/pr), devendo ser anexada a proposta preliminar constante do Anexo II – Modelo de Proposta Preliminar devidamente preenchida em formato digital, bem como vídeo, de até 03 (três) minutos de duração, contendo breve explanação sobre o modelo de negócio da startup e da solução ofertada.

5.3. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa.

5.4. Os eventuais interessados deverão estar cientes de que a participação neste processo não cria vínculo ou obrigação entre as partes, podendo o BRDE optar por não homologar o certame caso entenda que as negociações de que trata o item 12 não sejam satisfatórias ou que as soluções desenvolvidas não sejam as melhores para atendimento dos desafios descritos e detalhados no Anexo I – Termo de Referência.

## **6. DO COMITÊ DE SELEÇÃO**

6.1. As propostas serão avaliadas e julgadas por Comitê de Seleção integrado por 04 (quatro) pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento no assunto, das quais:

- I. 01 (um) funcionário do BRDE ligado à área de tecnologia;
- II. 01 (um) funcionário do BRDE ligado à área de planejamento;
- III. 01 (um) funcionário do BRDE ligado ao desafio; e
- IV. 01 (um) representante HOTMILK ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO – PUCPR.

## **7. DA ANÁLISE DE CONFORMIDADE DA INSCRIÇÃO**

7.1. As startups inscritas passarão por um processo de análise de conformidade, onde será avaliado o atendimento dos requisitos constantes do item 4 do edital.

7.2. As startups não enquadradas serão desclassificadas do processo.

## **8. DA FORMAÇÃO DA LISTA CURTA**

8.1. As startups elegíveis, conforme item 7, terão suas propostas preliminares avaliadas nos termos do item 1 do Anexo IV – Critérios de Julgamento.

8.2. As propostas apresentadas serão pontuadas, classificando-se as empresas proponentes em ordem decrescente de pontuação.

8.3. As startups que obtiverem a pontuação mínima somada de 06 (seis) comporão a lista curta e serão classificadas para a etapa de pitch (apresentação);

8.4. Em caso de empate, terá preferência a proposta que apresentar maior nota nos grupos de critérios estabelecidos, sucessivamente: 1. Potencial de resolução do desafio; 2. Grau de desenvolvimento da solução proposta, e 3. Maturidade do modelo de negócio da solução.

8.4.1. Se persistir o empate, a classificação será estabelecida mediante sorteio público, em data divulgada em publicação no site [www.brde.com.br](http://www.brde.com.br).

## **9. DO PITCH (APRESENTAÇÃO)**

9.1. As startups que compuserem a lista curta passarão para a etapa de pitch (apresentação) ao vivo de até 04 (quatro) minutos mais 04 (quatro) minutos para perguntas e respostas, através de ferramenta de videoconferência ou de forma presencial, a critério do BRDE.

9.2. Após análise das apresentações, o Comitê de Seleção do Programa BRDE LABS atribuirá nova pontuação aos critérios do item 1 do Anexo IV – Critérios de Julgamento, classificando-se as empresas proponentes em ordem decrescente de pontuação.

9.3. Serão classificadas para a etapa de Imersão as 02 (duas) startups com maior pontuação para cada desafio;

9.4. Em caso de empate, terá preferência a proposta que apresentar maior nota nos grupos de critérios estabelecidos, sucessivamente: 1. Potencial de resolução do desafio; 2. Grau de desenvolvimento da solução proposta, 3. Maturidade do modelo de negócio da solução; e 4. Experiências da Equipe.

9.4.1. Se persistir o empate, a classificação será estabelecida mediante sorteio público, em data divulgada em publicação no site [www.brde.com.br](http://www.brde.com.br).

## **10. DA ETAPA DE IMERSÃO**

10.1. A etapa de imersão terá a duração de 30 (trinta) dias.

10.2. No início desta etapa, as startups classificadas serão notificadas para, em até 3 (três) dias, assinarem o Acordo de Confidencialidade, conforme modelo constante do Anexo VII- Acordo de Confidencialidade;

10.3. A etapa de imersão consiste na realização de 4 (quatro) reuniões de até 4 (quatro) horas cada, sendo 1 (uma) por semana, entre as equipes técnicas do BRDE, o Comitê de Seleção e representantes da startup proponente, a fim de que seja possível avaliar de forma mais aprofundada a proposta apresentada.

10.4. Ao final dos 30 (trinta) dias, o Comitê de Seleção atribuirá nova pontuação aos critérios do item 1 do Anexo IV – Critérios de Julgamento, classificando para etapa de Julgamento Econômico as empresas que obtiverem as seguintes notas mínimas:

<b>Critérios</b>	<b>Pontuação</b>
Potencial de resolução do desafio	3
Grau de desenvolvimento da solução proposta	2

Maturidade do modelo de negócio da solução	2
Experiência da equipe	1

## 11. DO JULGAMENTO ECONÔMICO

11.1. As empresas que forem classificadas para a etapa de Julgamento Econômico serão notificadas para que, em até 10 (dez) dias, apresentem a proposta definitiva, conforme modelo constante Anexo III – Modelo de Proposta Definitiva.

11.2. A proposta deverá contemplar, na planilha de custos e formação de preços, as especificações do objeto similares às constantes do Anexo I – Termo de Referência.

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.5. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data para apresentação das propostas.

11.6. Apresentadas as propostas, o Comitê de Seleção o julgamento na forma disposta no item 2 do Anexo IV – Critérios de Julgamento, classificando para etapa de Julgamento Econômico as empresas que obtiverem as seguintes notas mínimas:

Viabilidade econômica da proposta, considerando os recursos disponíveis, os custos envolvidos e o preço indicado pelo proponente	2
Custo-benefício da proposta em relação às opções já disponíveis no mercado	2

## 12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. A Etapa de Negociação consistirá na realização de reuniões com o BRDE, a fim de se conhecer com maior profundidade as oportunidades recíprocas, bem como de apresentação de contrapropostas, visando a obtenção da proposta mais vantajosa, desde que preservada a viabilidade econômica.

12.2. O BRDE poderá negociar com os selecionados as condições econômicas mais vantajosas para a administração e os critérios de remuneração que serão adotados, observado o disposto nos § 3º, § 6º, § 7º e §8º do art. 14 da Lei Complementar nº 182/2021.

12.2.1. As negociações serão registradas nos autos do processo de licitação.

12.2.2. Encerradas as fases de julgamento econômico e de negociação, na hipótese de o preço ser superior à estimativa, o BRDE poderá, mediante justificativa expressa, com base na demonstração comparativa entre o custo e o benefício da proposta, aceitar o preço ofertado, desde que seja superior em termos de inovações, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, limitado ao valor máximo que se propõe a pagar, conforme item 3 deste Edital.

12.3. Caso sejam classificadas mais de uma empresa para a Etapa de Negociação, o BRDE poderá celebrar contrato com a empresa mais bem pontuada para cada desafio.

## 13. DA HABILITAÇÃO

13.1. A fase de habilitação consiste na comprovação das seguintes condições:

I. Contrato Social em vigor (inicial e última alteração), ou última consolidação, devidamente registrado na Junta Comercial ou publicado na forma da Lei ou, ainda, Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante.

a) No caso de sociedade por ações e demais sociedades que elejam seus administradores em atos apartados, deverão ser apresentados tais documentos, devidamente registrados no órgão competente.

II. **APENAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:** Para beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, apresentar Declaração de Porte da Empresa, conforme modelo do Anexo V – Declaração de Porte da Empresa, devendo anexar a certidão expedida pela Junta Comercial.

III. Certidão negativa de pedido de falência ou concordata e/ou recuperação judicial, expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da comarca da sede da pessoa jurídica;

IV. Prova de regularidade para com a fazenda federal, e seguridade social, mediante apresentação de Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751/2014 e § 3º do art. 195 da Constituição Federal, em plena validade;

V. Declaração de não enquadramento nas situações de impedimento previstas na Lei nº 13.303/2016, conforme modelo Anexo VI – Modelo de Declaração.

13.1.1. A startup participante deverá estar ciente de que o CNPJ a ser utilizado para fins de apresentação da documentação de habilitação é o mesmo informado quando da inscrição na presente licitação (exceto os documentos de habilitação expedidos para o CNPJ da matriz e extensivos a suas filiais).

13.1.2. O BRDE reserva-se ao direito de realizar diligência, pela qual poderá solicitar o envio de documentos faltantes ou complementares ou a correção de documentos enviados, analisar aspectos técnicos, ambientais, legais e econômico-financeiros, bem como a conformidade com normas, leis, regulamentos, políticas e diretrizes estabelecidas, relativos às startups que se apresentem interessadas nesta licitação, obrigando as mesmas a disponibilizarem acesso às suas instalações e a fornecerem outras informações eventualmente necessárias.

#### **14. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

14.1. Até 05 (cinco) dias úteis anteriores a data fixada para encerramento das inscrições, previsto no item 5.1 do edital, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório.

14.2. Eventuais impugnações e esclarecimentos deverão ser encaminhados para o e-mail [copel@brde.com.br](mailto:copel@brde.com.br). Os esclarecimentos, as impugnações e as respectivas respostas serão divulgadas no site [www.brde.com.br](http://www.brde.com.br), na parte de licitações e no site <https://www.brdelabs.com.br/pr>, sendo de responsabilidade dos interessados o acompanhamento.

14.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, havendo modificação que importe em alteração substancial, será designado novo período de inscrições.

#### **15. DOS RECURSOS**

15.1. Eventuais recursos contra quaisquer decisões do Comitê de Seleção do Programa BRDE LABS deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da divulgação da decisão recorrida no site [www.brde.com.br](http://www.brde.com.br), na parte de licitações.

15.2. Os recursos e impugnações aos recursos interpostos deverão ser encaminhados através do e-mail [copel@brde.com.br](mailto:copel@brde.com.br), **com a devida resposta de recebimento.**

15.3. Caso haja a interposição de recurso, este será divulgado no site [www.brde.com.br](http://www.brde.com.br), na parte de licitações, podendo as demais startups participantes apresentar contrarrazões no prazo de **05 (cinco) dias úteis** a partir da sua disponibilização.

15.4. O recurso ou a contrarrazão interposto em desacordo com as condições deste edital não será conhecido.



15.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Após análise dos recursos e contrarrazões, o Comitê de Seleção do Programa BRDE LABS poderá reconsiderar sua decisão, ou, no caso de manutenção da decisão, encaminhará o recurso à autoridade competente para julgamento.

15.7. Havendo desistência expressa de todos os interessados em recorrer de determinado ato ou decisão referentes a presente licitação, não será aberto o prazo recursal previsto no art. 59, da Lei nº 13.303/16.

## **16. DA HOMOLOGAÇÃO**

16.1. Caso as negociações de que trata o item 12 tenham resultado em propostas vantajosas e as soluções desenvolvidas apresentem-se como as melhores para atendimento dos desafios descritos e detalhados no Anexo I – Termo de Referência, o BRDE homologará a presente licitação, convocando as empresas vencedoras para assinatura do Contrato de Solução Inovadora, na forma do Anexo VIII – Minuta de Contrato.

16.2. O BRDE poderá deixar de homologar a licitação caso entenda que as soluções desenvolvidas não sejam as melhores para o atendimento dos desafios descritos e detalhados no Anexo I – Termo de Referência ou que as negociações de que trata o item 12 não forem satisfatórias para garantir a seleção da proposta mais vantajosa.

## **17. DA CONTRATAÇÃO**

17.1. A contratação se dará na forma do Art. 14 da Lei Complementar nº 182/2021, podendo, após o término de sua vigência, ser celebrado contrato para o fornecimento do produto, do processo ou da solução resultante do Contrato para Solução Inovadora ou, se for o caso, para integração da solução à infraestrutura tecnológica ou ao processo de trabalho do BRDE, na forma do Art. 15 da mesma Lei.

17.2. Homologada a licitação, a(s) startup(s) vencedoras serão convocadas para, no prazo de até 15 (quinze) dias, firmar o Contrato, conforme minuta constante do Anexo VIII – Minuta de Contrato.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. O interessado que deixar de entregar documentação exigida neste edital; apresentar documentação falsa; ensejar o retardamento da licitação; desistir do lance ofertado; comportar-se de modo inidôneo; fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará sujeita as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

III. Impedimento de licitar e contratar com o BRDE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo de aplicação da penalidade prevista no inciso II acima.

18.2. As penalidades só deixarão de ser aplicadas se ocorrer fato superveniente, justificável, aceito pelo BRDE e submetido à aprovação de autoridade superior, observando-se que somente serão aplicadas mediante procedimento administrativo no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.3. A multa prevista poderá ser cumulativa com as demais sanções, conforme previsto no §2º, do art. 83, da Lei nº 13.303/16.

18.4. Sem prejuízo das sanções administrativas previstas neste edital, o interessado que impedir, perturbar ou fraudar a presente licitação, afastar ou procurar afastar interessados, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, bem como quem se

abstiver de concorrer, em razão de vantagem oferecida, estará sujeita as sanções previstas no artigo 41 da Lei n.º 13.303/16.

18.5. As licitantes estarão sujeitas às penalidades administrativas consignadas na Lei 13.303/16.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. O não-atendimento dos prazos de pagamento, assinatura de contrato e outras obrigações da(s) licitante(s) vencedora(s) estabelecidos neste Edital facultará ao BRDE revogar a licitação ou desclassificar as propostas vencedoras.

19.2. A presente licitação não oferece qualquer faculdade ou direito aos ofertantes, reservando-se o BRDE o direito de aceitar a proposta que, a seu julgamento, seja mais conveniente, ou recusar todas elas.

19.3. Todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas que sejam, por definição de Lei ou atribuição contratual, de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) e que sejam devidos em decorrência da execução do contrato celebrado entre as partes, deverão ser pagos tempestivamente pela(s) licitante(s) vencedora(s), podendo o BRDE efetuar as devidas retenções, no caso de previsão legal expressa para os débitos tributários ou, no caso de despesas, quando, após intimação para pagamento, a licitante, ora contratada, deixar de providenciar o pagamento.

19.4. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este edital, o interessado deve se subordinar ao **foro da Comarca de Curitiba**, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 15 de junho de 2022.

**Juliana Karina Pedroso Scherer**

Chefe do Setor de Licitações

## **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

<b>Desafio 1</b>
<b>Levantamento de dados e análise automatizada de imóveis rurais</b>
<p>Uma das atividades exercidas pelo BRDE é a avaliação de imóveis rurais oferecidos como garantia na liberação de crédito. Atualmente essas avaliações são feitas presencialmente e sem o apoio de tecnologia satisfatória. Nesse caso, o banco busca uma solução tecnológica que permita a avaliação remota por meio do reconhecimento de imagens atualizadas e que ofereça cruzamento com dados de geolocalização, biomas, entre outras informações. Também esperam que a solução ofereça análises automatizadas em relação aos riscos da propriedade, área agricultável e sugestões de cultivo.</p>
<b>Desafio 2</b>
<b>Cálculo e compensação da emissão de gases de efeito estufa</b>
<p>O BRDE é signatário do Pacto Global e tem como um de seus objetivos a neutralização da emissão dos gases que contribuem com efeito estufa. Para cumprir com esse desafio o banco busca por solução tecnológica que permita o cálculo e a compensação da emissão de gases de efeito estufa em diferentes atividades financiadas pelo BRDE. A solução deve atender não apenas o banco, mas também seus clientes, que atuam em diferentes segmentos, permitindo que se beneficiem da negociação de créditos de carbono, compensação entre os projetos financiados pelo BRDE e outros incentivos.</p>
<b>Desafio 3</b>

### **Monitoramento do risco climático de projetos financiados**

O banco busca por solução tecnológica que auxilie na verificação e monitoramento de riscos climáticos de projetos que são realizados na região sul e no estado do Mato Grosso do Sul. Essa solução deverá se basear em histórico de dados, permitindo uma projeção de riscos para projetos que serão fechados, além de manter o acompanhamento de projetos que já estão sendo executados. Ela deverá estar de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.943 de 15/9/2021.

### **Desafio 4**

### **Mapeamento e avaliação regulares de práticas ESG**

Um dos compromissos do BRDE é a promoção do desenvolvimento econômico e sustentável de sua região de atuação. Tendo isso em vista, o banco busca por solução tecnológica que auxilie no mapeamento e avaliação de práticas ESG (reconhecidas internacionalmente) dos seus clientes e do BRDE. Os critérios de avaliação devem fornecer informações sobre o desempenho/pontuação dos avaliados em uma dinâmica de gamificação, respeitando diferentes graus de maturidade de cada cliente. Com isso, espera-se manter um monitoramento periódico que permitirá traçar e/ou atualizar plano de gerenciamento estratégico ESG.

## **ANEXO II –MODELO DE PROPOSTA PRELIMINAR**

1. Nome da startup
2. A empresa já está constituída com CNPJ e Razão Social?
- 3.Nome completo do responsável para contato:
- 4.Telefone celular para contato:
- 5.E-mail para contato:
- 6.Site da startup:
- 7.Cidade da startup:
- 8.Estado da startup:
- 9.Fundação da startup:(data)
- 10.Momento atual:(Ideação, Operação, Tração, Scaleup)
- 11.Público-alvo:(B2B, B2B2C, B2C, P2P, B2S, B2G)
- 12.Número de colaboradores atual:
- 13.Área da Startup:(Games, Fintech, Biotech, etc)
- 14.Em quais dos pilares do ESG sua startup atua?(ambiental, social, governança)
- 15.Descreva brevemente o que sua startup faz: (Mercado de atuação, tecnologia, modelo de negócio)
- 16.Faturamento da startup em 2021:
- 17.A startup já recebeu algum tipo de investimento?
- 18.Modelo de negócio que busca estabelecer com o BRDE?
- 19.Em qual desafio do BRDE do Programa BRDE Labs 2022 a sua startup deseja participar?
- 20.Descreva brevemente como a sua startup pode ajudar o BRDE a resolver o desafio proposto dentro do Programa BRDE Labs 2022:
- 21.Insira um link (youtube, google drive, dropbox) contendo um vídeo pitch de até 3 minutos. Nos conte sobre sua startup e como pretende resolver o desafio proposto dentro do Programa BRDE LABS 2022. O não envio do material poderá comprometer a qualidade de avaliação da sua startup. (Não esqueça de fornecer deixar o link público para que possamos acessar o material)
- 22.Insira o link de algum drive (google drive, dropbox...) contendo o pitch deck no formato de apresentação de sua startup, o arquivo pode ser em PPT ou PDF. O não envio do material poderá comprometer a qualidade de avaliação da sua startup. (Não esqueça de fornecer deixar o link público para que possamos acessar o material)

23.Como você conheceu o Programa BRDE Labs 2022?

24.Declaro para os devidos fins, que estou ciente e de acordo com as normas e regras apresentadas no Edital de Licitação de Soluções Inovadoras BRDE nº 2022/01, que está disponível no site <https://www.brdelabs.com.br/pr/>

### **ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DEFINITIVA**

**NOME DA STARTUP:**

**DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO INOVADORA**

**DESCRIÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DA SOLUÇÃO INOVADORA**

**DATA PREVISTA PARA ENTREGA:** Dividir por etapas, se necessário.

**PARTICIPANTES:** Especificar a equipe da STARTUP (número de colaboradores e qualificação) que trabalhará na solução do desafio.

**DONO DO DESAFIO:** Nomear o interlocutor da STARTUP que tenha poder de decisão sobre as fases do projeto.

**REMUNERAÇÃO:** Valor, conforme etapas. A proposta de remuneração deverá escolher uma das opções abaixo:

I - preço fixo;

II - preço fixo mais remuneração variável de incentivo;

III - reembolso de custos sem remuneração adicional;

IV - reembolso de custos mais remuneração variável de incentivo; ou

V - reembolso de custos mais remuneração fixa de incentivo.

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data para apresentação das propostas.

## ANEXO IV – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

### 1. CRITÉRIOS PARA FORMAÇÃO DA LISTA CURTA, PITCH (APRESENTAÇÃO) E IMERSÃO

Critérios	Itens de Análise	Detalhamento da Pontuação
<b>1. Potencial de resolução do desafio</b>	Solução proposta e potencial de resolução dos desafios	<p><b>Alto potencial</b>  <b>3 PONTOS</b>  A solução proposta demonstra bom potencial de aplicação para solução do desafio, com pouca ou nenhuma necessidade de modificações.</p> <p><b>Médio potencial</b>  <b>2 PONTOS</b>  A solução proposta demonstra bom potencial de aplicação para solução do desafio, com média necessidade de modificações.</p> <p><b>Baixo potencial</b>  <b>1 PONTO</b>  A solução proposta demonstra algum potencial de aplicação para solução do desafio, mas com a necessidade de várias modificações.</p> <p><b>Nenhum potencial:</b>  <b>0 PONTO</b>  A solução proposta não demonstra potencial de aplicação para solução do desafio, sendo necessária sensíveis alterações que não justificariam investimentos.</p>
<b>2. Grau de desenvolvimento da solução proposta</b>	Nível de maturidade tecnológica da solução	<p><b>Avançado</b>  <b>3 PONTOS</b>  A solução se encontra em avançado grau de desenvolvimento tecnológico, sendo, inclusive, possível sua disseminação;</p> <p><b>Intermediário</b>  <b>2 PONTOS</b>  A solução se encontra na fase de realização de pilotos, necessitando validações;</p> <p><b>Inicial</b>  <b>1 PONTO</b>  A solução ainda se encontra na fase de pesquisa básica ou aplicada.</p>
<b>3. Maturidade do modelo de negócio da solução</b>	Nível de maturidade do modelo de negócio da solução	<p><b>Avançado</b>  <b>3 PONTOS</b>  O modelo de negócio da solução é maduro, consolidado e testado, não apresentando barreiras de entradas ou dificuldades significativas de integrações, utilização de infraestruturas ou restrições legais.</p> <p><b>Intermediário</b>  <b>2 PONTOS</b>  O modelo de negócio aparentemente não apresenta barreiras de entradas ou dificuldades significativas de integrações, utilização de infraestruturas ou restrições legais, mas ainda não foi testado em soluções com funcionalidades equivalentes.</p> <p><b>Inicial</b>  <b>1 PONTO</b>  O modelo de negócio aparentemente apresenta barreiras de entradas ou dificuldades significativas de integrações, utilização de infraestruturas ou restrições legais, sendo</p>



		necessárias mudanças internas ou externas para que sua implantação possa ser realizada.
<b>4. Experiência da equipe</b>	A empresa conta com recursos humanos suficientes e com a experiência necessária para entregar a solução no prazo e pelo preço ofertados	<p><b>Alta experiência</b> <b>3 PONTOS</b> A equipe envolvida detém experiência igual ou superior a 5 (cinco) anos em desenvolvimento de projetos no setor no qual o desafio está sendo desenvolvido.</p> <p><b>Média experiência</b> <b>2 PONTOS</b> A equipe envolvida detém experiência igual ou superior a 2 (dois) anos e inferior a 5 (cinco) anos em desenvolvimento de projetos no setor no qual o desafio está sendo desenvolvido.</p> <p><b>Baixa experiência</b> <b>1 PONTO</b> A equipe envolvida detém experiência igual ou superior a 1 (um) ano e inferior a 2 (dois) anos em desenvolvimento de projetos no setor no qual o desafio está sendo desenvolvido.</p> <p><b>Nenhuma experiência</b> <b>0 PONTO</b> A equipe envolvida detém experiência inferior a 1 (um) ano em desenvolvimento de projetos no setor no qual o desafio está sendo desenvolvido.</p>

## 2. CRITÉRIOS JULGAMENTO ECONÔMICO

<b>1. Viabilidade econômica da proposta, considerando os recursos disponíveis, os custos envolvidos e o preço indicado pelo proponente</b>	A proposta é economicamente viável, considerando a capacidade da proponente em fazer investimentos necessários, os custos envolvidos, os recursos disponíveis próprios ou de terceiros, o preço indicado pela proponente.	<p><b>Viável sem ajustes</b> <b>3 PONTOS</b> É possível verificar de plano que proposta é economicamente viável.</p> <p><b>Viável com ajustes</b> <b>2 PONTOS</b> A proposta parece ser economicamente viável, desde que realizado alguns ajustes.</p> <p><b>Inviável</b> <b>0 PONTO</b> Não é possível verificar a viabilidade econômica da proposta.</p>
<b>2. Custo-benefício da proposta em relação às opções já disponíveis no mercado</b>	A proposta apresenta custo-benefício compatível com outras opções com funcionalidades equivalentes	<p><b>Compatível sem quaisquer ajustes</b> <b>3 PONTOS</b> É possível verificar de plano que os custos envolvidos são equivalentes àqueles esperados para o desenvolvimento de projetos no setor no qual o desafio está sendo desenvolvido.</p> <p><b>Compatível com ajustes</b> <b>2 PONTOS</b> É possível verificar que os custos envolvidos são equivalentes àqueles esperados para o desenvolvimento de projetos no setor no qual o desafio está sendo desenvolvido, desde que realizados alguns ajustes.</p> <p><b>Incompatível</b> <b>0 PONTO</b> Os custos envolvidos superam de maneira relevante àqueles esperados</p>

		para o desenvolvimento de projetos no setor no qual o desafio está sendo desenvolvido, não sendo possível ajustá-los sem a descaracterização da proposta.
--	--	---

**(anexar certidão expedida pela Junta Comercial)**

**NOME LEGÍVEL DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA OU PROCURADOR  
NÚMERO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA COM INDICAÇÃO  
DO ÓRGÃO EXPEDIDOR.**

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS E  
INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

Para efeitos de participação na **LICITAÇÃO SOLUÇÕES INOVADORAS BRDE 2022/001**, a empresa (RAZÃO SOCIAL), CNPJ nº ....., sediada no (a) ..... (endereço completo), neste ato representada por (nome, nacionalidade, profissão, RG, CPF e e-mail) declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos de habilitação exigidos, que nossos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo no BRDE, bem como nossa empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no item 4.2 do edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no edital da licitação e seus anexos.

(Cidade – UF),        de                                de        .

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA OU PROCURADOR

-----  
**NOME LEGÍVEL DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA OU PROCURADOR**  
**NÚMERO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA COM INDICAÇÃO**  
**DO ÓRGÃO EXPEDIDOR.**

## ANEXO VII – ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE

Pelo presente instrumento particular de Acordo de Confidencialidade:

O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE, instituição financeira pública, com sede em Porto Alegre/RS, na Rua Uruguai nº 155, 4º andar, inscrito no CNPJ/MF sob nº 92.816.560/0001-37, doravante denominado simplesmente BRDE ou CONTRANTE, neste ato representado por seus representantes legais ao final assinados

e

A [STARTUP CONTRATADA], com sede em endereço da contratada, inscrita no CNPJ sob nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, doravante designada simplesmente CONTRATADA, representada por [preencher e qualificar],

Doravante denominadas isoladamente como “**PARTE**” e conjuntamente como “**PARTES**”.

### CONSIDERANDO QUE:

- (i) A PARTE REVELADORA prestará informações confidenciais à PARTE RECEPTORA, para fins de discutir e avaliar um potencial relação de negócios entre as partes sobre relacionadas ao **projeto** “ ”, com o objetivo de estudos e análises das informações, no intuito de verificar a viabilidade e o interesse da PARTE RECEPTORA na referida pesquisa.

Resolvem as PARTES acima qualificadas, celebrar o presente **ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE** (“**ACORDO**”), mediante as cláusulas e condições que seguem:

### 1. DO OBJETO

1.1 O objeto deste ACORDO é prover a necessária e adequada proteção às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS (conforme abaixo definido) fornecidas por uma das **PARTES** (“**PARTE REVELADORA**”) à outra (“**PARTE RECEPTORA**”), em razão da negociação entre as **PARTES** na fase de imersão da LICITAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS BRDE nº 2022/001.

1.2 As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a toda e qualquer informação que seja revelada entre as **PARTES** no âmbito da **NEGOCIAÇÃO**.

### 2. DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

2.1 As **PARTES** se obrigam a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação, conforme abaixo definida, que venha a ser, a partir desta data, fornecida pela **PARTE REVELADORA** à **PARTE RECEPTORA**, devendo ser tratada como informação sigilosa.

2.2 Deverá ser considerada como informação confidencial, toda e qualquer informação escrita

ou oral revelada pela **PARTE REVELADORA** à **PARTE RECEPTORA**, contendo-a ou não a expressão “CONFIDENCIAL”. As **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** abrangerão toda informação escrita, verbal ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, design, especificações, desenhos, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, dentre outros (“**INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**”), a que, diretamente ou através de seus diretores, empregados e/ou prepostos, venha a **PARTE RECEPTORA** ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiadas durante e em razão das tratativas realizadas na Negociação entre as **PARTES**.

2.3 Compromete-se, outrossim, a **PARTE RECEPTORA** a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso dessas **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** de forma diversa daquele objeto da **NEGOCIAÇÃO**.

2.4 A **PARTE RECEPTORA** deverá cuidar para que as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** fiquem restritas ao conhecimento dos diretores, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e negócios atinentes à **NEGOCIAÇÃO**.

2.5 Caso a **PARTE RECEPTORA** esteja em dúvida se determinada informações constitui parte das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, a **PARTE RECEPTORA** deverá buscar orientação por escrito da **PARTE REVELADORA** previamente a divulgação de tal informação para qualquer terceiro, pessoa física ou jurídica.

### **3. LIMITAÇÃO DA CONFIDENCIALIDADE**

3.1. As obrigações de confidencialidade aqui previstas não se aplicam às informações que:

(i) já forem comprovadamente de domínio público à época em que tiverem sido reveladas pela **PARTE REVELADORA** à **PARTE RECEPTORA**; ou

(ii) passarem a ser comprovadamente de conhecimento público após sua revelação, sem que está divulgação seja efetuada em violação ao disposto neste Acordo ou a outras obrigações de confidencialidade que sejam de conhecimento da **PARTE RECEPTORA** e/ou de suas afiliadas;

(iii) devam ser reveladas pela **PARTE RECEPTORA**, e/ou por suas afiliadas em razão de uma ordem oficial emitida por órgão administrativo ou judiciário com jurisdição sobre a **PARTE RECEPTORA** e/ou suas afiliadas (conforme aplicável), somente até a extensão de tal ordem; ou

(iv) forem independentemente obtidas ou desenvolvidas pela **PARTE RECEPTORA**, e/ou por suas afiliadas sem qualquer violação das obrigações previstas neste Acordo, exceto quando tais informações forem desenvolvidas tendo como base as Informações Confidenciais ou parte delas.

3.2. Na hipótese prevista no item (iii) acima, a ordem governamental, administrativa ou judicial determinando a revelação de **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL** deverá ser encaminhada imediatamente pela **PARTE RECEPTORA** à **PARTE REVELADORA**. A **PARTE RECEPTORA** e/ou suas afiliadas somente revelarão a **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL** exigida por tal ordem governamental, judicial ou administrativa, encaminhando à **PARTE REVELADORA** uma cópia da **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL** revelada, da forma como revelada.

3.2.1 A **PARTE RECEPTORA** compromete-se a divulgar somente a exata fração das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** necessária para o cumprimento de tal ordem judicial ou administrativa.

#### **4. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

4.1 As **PARTES** se comprometem e se obrigam a utilizar a **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL** revelada pela outra **PARTE** exclusivamente para os propósitos deste Acordo e da execução da **NEGOCIAÇÃO**, mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações.

4.2 A **PARTE RECEPTORA** se compromete a não efetuar qualquer cópia da **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL** sem o consentimento prévio e expresso da **PARTE REVELADORA**.

4.3 O consentimento mencionado no item 4.2 supra, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno, para os fins acima referidos, pelos diretores, empregados e/ou prepostos que necessitem conhecer tal informação, para os objetivos da **NEGOCIAÇÃO** conforme cláusulas abaixo.

4.4 A **PARTE RECEPTORA** obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** da **PARTE REVELADORA**, bem como para evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela **PARTE REVELADORA**. A **PARTE RECEPTORA** poderá divulgar as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** para empresas controladoras, controladas e/ou coligadas, assim consideradas as empresas que direta ou indiretamente controlem ou sejam controladas pela **PARTE RECEPTORA** ("**Afiliadas**"), quando estritamente necessário para a consecução das operações previstas neste Acordo, e desde que as Afiliadas se submetam as mesmas obrigações de confidencialidade estabelecidas no presente instrumento.

4.4.1 Independentemente do previsto no item 4.4 acima, a **PARTE RECEPTORA** assume as obrigações e responsabilidades oriundas deste Acordo por si e seus sócios, associados, diretores, empregados, funcionários e afiliadas que porventura tiverem acesso às Informações Confidenciais.

4.5 A **PARTE RECEPTORA** tomará as medidas de cautela cabíveis, na mesma proporção em que tomaria para proteger suas próprias informações confidenciais, a fim de manter as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** em sigilo.

4.6 Cada **PARTE** permanecerá como única proprietária de toda e qualquer informação eventualmente revelada à outra **PARTE** em função deste Acordo, sendo esta considerada uma **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL** ou não.

4.7 O presente Acordo não implica a concessão, de uma **PARTE** à outra, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito

de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

4.8 A **PARTE RECEPTORA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos às **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** que venham a ser reveladas.

4.9 A **PARTE RECEPTORA** compromete-se a separar as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** dos materiais confidenciais de terceiros para evitar que se misturem.

4.10 Fica vedada a comunicação direta da **PARTE RECEPTORA**, ou quem por ela tenha ciência do negócio, com representantes e/ou proprietários das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** sem a respectiva intermediação da **PARTE REVELADORA**, no período de vigência deste Acordo e por um período adicional de (       ) anos, sob pena de descumprimento do presente Acordo.

## 5. DO RETORNO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

5.1 Todas as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** reveladas por uma **PARTE** à outra permanecem como propriedade exclusiva da **PARTE REVELADORA**, e cada uma das **PARTES** deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da notificação da outra **PARTE** neste sentido, devolver à esta ou destruir (na impossibilidade de devolução) todas as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, bem como suas cópias, reproduções e todo o material que for desenvolvido com base em **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**. A devolução ou destruição das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** deverá ser confirmada por escrito pelas **PARTES**.

## 6. DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Acordo tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data da revelação das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** até o prazo de (       ) **anos** a contar da data de assinatura deste Acordo.

## 7. DAS PENALIDADES

7.1 O descumprimento das obrigações assumidas neste Acordo, sem autorização expressa da **PARTE REVELADORA**, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre as **PARTES**, sem qualquer ônus para a **PARTE REVELADORA** a que título for. Neste caso, a **PARTE RECEPTORA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela **PARTE REVELADORA**, conforme legislação vigente.

## 8. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

8.1 As Partes, por si e por seus colaboradores, obrigam-se, sempre que aplicável, a atuar no presente ACORDO em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física ("Titular") identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados"), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados.



- a) **Solicitações de Titulares.** Cada Parte deverá notificar a outra sobre as reclamações e solicitações dos Titulares de Dados Pessoais (por exemplo, sobre a correção, exclusão, complementação e bloqueio de dados).
- b) Parágrafo segundo: **Confidencialidade dos Dados Pessoais.** As Partes, incluindo todos os seus colaboradores, comprometem-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição das Partes, ainda que este ACORDO venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.
- c) Parágrafo terceiro: **Governança e segurança.** As Partes comprometem-se a adotar medidas, ferramentas e tecnologias necessárias para garantir a segurança dos dados e cumprir com suas obrigações, sempre considerando o estado da técnica disponível.
- d) Parágrafo quarto: **Notificação.** As Partes deverão notificar uma a outra em até 24h (vinte e quatro) horas (i) de qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais; (ii) de qualquer descumprimento das obrigações contratuais relativas ao tratamento dos Dados Pessoais; (iii) de qualquer violação de segurança sua ou de seus Sub-operadores; (iv) de qualquer exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de Dados Pessoais; (v) ou em período menor, se necessário, de qualquer ordem de Tribunal, autoridade pública ou regulador competente.
- e) Parágrafo quinto: **Colaboração.** As Partes comprometem-se a mutuamente auxiliarem-se: a) com a suas obrigações judiciais ou administrativas, de acordo com a Lei de Proteção de Dados Pessoais aplicável, fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança; e b) no cumprimento das obrigações decorrentes dos Direitos dos Titulares dos Dados Pessoais, principalmente por meio de medidas técnicas e organizacionais adequadas.
- f) Parágrafo sexto: **Tratamento de dados no exterior.** Todo e qualquer tratamento de dados fora do Brasil, depende de autorização prévia e por escrito da Parte que for o Controlador desses dados.
- g) Parágrafo sétimo: **Regresso.** Fica assegurado à Parte inocente, nos termos da lei, o direito de regresso em face da Parte infratora no caso de danos causados por esta em decorrência do descumprimento das obrigações aqui assumidas em relação a Proteção dos Dados.
- h) Parágrafo oitavo: A responsabilidade das Partes diante do referido descumprimento é ilimitada, não produzindo nenhum efeito qualquer outra cláusula que disponha de forma contrária.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste Acordo ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, e da economicidade e, preencherão as lacunas com estipulações que, presumivelmente, teriam correspondido à vontade das **PARTES** na respectiva ocasião.

9.2 O disposto no presente Acordo de Confidencialidade prevalecerá, sempre, em caso de dúvida, e salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as **PARTES** quanto ao sigilo de informações confidenciais, tal como aqui definida.

9.3 A omissão ou tolerância das **PARTES**, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

9.4 Se, por qualquer razão, qualquer disposição deste Acordo for considerada inválida, ilegal ou inexecutável, tal disposição deverá ser desconsiderada apenas na extensão de sua efetiva abrangência, e a validade, legalidade e exequibilidade das demais disposições deste Acordo não serão afetadas ou comprometidas de maneira alguma.

9.5 Nenhuma das PARTES poderá ceder quaisquer dos direitos ou obrigações oriundas deste Termo sem consentimento anterior, por escrito, da outra Parte.

9.6 Sob nenhuma hipótese ou qualquer situação, permitir-se-á a eventual existência, ou estabelecer-se-á a presunção de qualquer vínculo societário, de representação, gestão de negócios, fiscal e/ou empregatício, e/ou de qualquer relacionamento associativo entre as PARTES e seus empregados ou agentes, incluindo, sem se limitar a, "joint ventures", parcerias ou sociedades e/ou de quaisquer obrigações de caráter trabalhista e previdenciários entre as PARTES, inclusive entre os empregados, prepostos e subcontratados destas, em razão da celebração do presente Acordo.

## **10. DO FORO**

10.1. As PARTES elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer divergências acerca da execução desse Termo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por se acharem justas e contratadas, as PARTES assinam perante as testemunhas abaixo, o presente instrumento, em quantas vias se fizerem necessárias (digitalmente pelas Partes e por duas testemunhas, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL nos termos do parágrafo 2º, do artigo 10º, da Medida Provisória 2.200 de 24 de agosto de 2001 ou Norma que venha a substituí-la, sendo válido nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, conferindo presunção de veracidade jurídica em relação aos signatários nas declarações constantes dos documentos em forma eletrônica. A data de início de validade deste Contrato será considerada a data abaixo.) vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos legais.

Curitiba,                de                de                .

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE:

---

STARTUP PROPONENTE

---

**Testemunhas**

---

Por:  
RG:

---

Por:  
RG:

## ANEXO VIII – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº número do contrato, que entre si celebram, de um lado, o BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE e de outro lado, a [STARTUP CONTRATADA], na forma abaixo:

O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE, instituição financeira pública, com sede em Porto Alegre/RS, na Rua Uruguai nº 155, 4º andar, inscrito no CNPJ/MF sob nº 92.816.560/0001-37, doravante denominado simplesmente BRDE ou CONTRANTE, neste ato representado por seus representantes legais ao final assinados

e

A [STARTUP CONTRATADA], com sede em endereço da contratada, inscrita no CNPJ sob nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, doravante designada simplesmente CONTRATADA, representada por [preencher e qualificar],

Resolvem celebrar o presente, doravante denominado CONTRATO, tendo em vista a vinculação ao Processo de LICITAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS BRDE nº 2022/001, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO** O presente CONTRATO tem por objeto o desenvolvimento da proposta apresentada pela CONTRATADA de solução inovadora para o desafio nº \_\_\_\_ constante do Anexo I do Edital– Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro: O Termo de Referência constitui anexo do presente CONTRATO e deverá ser assinado, para ratificação de plena ciência e concordância das condições previamente estabelecidas, especialmente as condições de execução e demais especificações do serviço a ser prestado.

Parágrafo Segundo: As partes firmarão Plano de Trabalho, na forma **do Anexo A – Plano de Trabalho**, que conterá o detalhamento dos seguintes aspectos:

I - as metas a serem atingidas para que seja possível a validação do êxito da solução inovadora e a metodologia para a sua aferição;

II - a forma e a periodicidade da entrega à administração pública de relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de monitoramento, e do relatório final a ser entregue pela contratada após a conclusão da última etapa ou meta do projeto;

III - a matriz de riscos entre as partes, incluídos os riscos referentes a caso fortuito, força maior, risco tecnológico, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;

IV - a definição da titularidade dos direitos de propriedade intelectual das criações resultantes do CPSI; e

V - a participação nos resultados de sua exploração, assegurados às partes os direitos de exploração comercial, de licenciamento e de transferência da tecnologia de que são titulares.

**CLÁUSULA 2ª - DO PRAZO** O prazo de vigência do presente CONTRATO será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da data a ser definida em Termo de Início de Execução do Serviço.

**CLÁUSULA 3ª - DO PREÇO** O BRDE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ \_\_\_\_ (valor por extenso), constante da proposta vencedora, entendido como preço justo e suficiente para a execução do presente objeto.

[a forma de pagamento será escolhida dentre aquelas previstas no §3º do artigo 14 da Lei Complementar n. 182/2021, por ocasião das negociações de que trata o item 12 do Edital de Licitação]

**CLÁUSULA 4ª - DO FATURAMENTO** Os instrumentos legais de cobrança deverão ser faturados a partir do dia 1º do mês subsequente ao da prestação de serviço para o CNPJ 92.816.560/0002-18 e disponibilizados ao BRDE com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data de vencimento.

**CLÁUSULA 5ª - DAS COMUNICAÇÕES** Qualquer comunicação pertinente a este CONTRATO, a ser realizada entre o BRDE e a CONTRATADA, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisão sancionatória ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente por correspondência eletrônica.

Parágrafo Primeiro: O BRDE indica o e-mail depad@brde.com.br como via de correspondência oficial.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA indica o e-mail [inserir e-mail] como via de correspondência oficial.

**CLÁUSULA 6ª - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO** A fiscalização do presente CONTRATO será efetuada através de funcionário designado pelo BRDE, sendo este o responsável por todas as orientações repassadas à CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro: O fiscal do CONTRATO poderá ser substituído pelo BRDE a qualquer tempo, bastando apenas a comunicação por escrito da CONTRATADA. Parágrafo Segundo: Para a fiscalização deste CONTRATO o BRDE designa indicar fiscal.

**CLÁUSULA 7ª - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA** As despesas decorrentes do presente CONTRATO são oriundas de recursos financeiros previstos no Orçamento do BRDE, através da(s) seguinte(s) conta(s): Escolher uma rubrica

**CLÁUSULA 8ª - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** O BRDE pagará à CONTRATADA, o valor ajustado na Cláusula 3ª do CONTRATO.

Parágrafo Primeiro: Nos valores ajustados na Cláusula 3ª, estão incluídos todos os insumos e os tributos, inclusive contribuições fiscais, previdenciárias e encargos trabalhistas, equipamentos, despesas com treinamento, alimentação, vale-transporte bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste CONTRATO.

Parágrafo Segundo: Os pagamentos serão efetuados através de crédito em conta corrente da CONTRATADA, mediante a apresentação dos respectivos instrumentos legais de cobrança, que deverão nos termos da Cláusula 4ª deste CONTRATO.

Parágrafo Terceiro: Caso o vencimento do instrumento de cobrança recaia em dia em que não haja expediente bancário o mesmo será prorrogado, automaticamente, para o primeiro dia útil seguinte.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de o BRDE, por sua exclusiva responsabilidade, não proceder ao pagamento na data estabelecida na presente cláusula, o valor da fatura/nota fiscal será devidamente corrigido com juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro-rata die.

Parágrafo Quinto: Os pagamentos estão condicionados à entrega definitiva da etapa perante o BRDE, na forma da cláusula nona deste CONTRATO.

Parágrafo Sexto: Os pagamentos estarão sujeitos à verificação da regularidade da CONTRATADA perante o INSS, comprovada através da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Parágrafo Sétimo: O BRDE poderá reter o pagamento de qualquer fatura, dentro dos limites legais, no caso de execução defeituosa ou descumprimento dos serviços contratados.

## **CLÁUSULA 9ª – RECEBIMENTO DO OBJETO**

**9.1 Entrega provisória.** Cada entrega será recebida de forma provisória pela CONTRATANTE, por intermédio do fiscal do contrato, que atestará por escrito o recebimento provisório e realizará a conferência de sua conformidade com o disposto no **Anexo A – Plano de Trabalho**.

9.1.2 Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rejeitar o objeto entregue em desacordo com as especificações e condições presentes neste instrumento. A CONTRATADA compromete-se desde já a substituir ou reparar os itens rejeitados no prazo assinalado pela CONTRATANTE, sob pena de imposição das sanções cabíveis.

9.1.3. O prazo de pagamento ficará sobrestado até a execução do saneamento necessário. Os custos decorrentes da substituição do bem rejeitado correrão exclusivamente às expensas da CONTRATADA.

9.1.4. Caso a substituição não ocorra no prazo estabelecido, ou se o objeto vier a ser novamente rejeitado, a CONTRATADA incorrerá em mora por todo o período de atraso e ficará sujeita à aplicação das sanções correspondentes.

9.1.5. O aceite pelo CONTRATANTE não elide a responsabilidade civil e/ou ético-profissional da CONTRATADA e seus prepostos, colaboradores e subcontratados por vícios de quantidade ou de qualidade, bem como por disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e seus anexos, ainda que verificadas posteriormente ao recebimento do objeto.

**9.2. Prazo.** O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante a apresentação de justificativa, que será avaliada e decidida pelo CONTRATANTE.

9.2.1. Somente serão analisados pela CONTRATANTE os pedidos de prorrogação do prazo de entrega feitos pela CONTRATADA que sejam encaminhados até a data final prevista para a entrega e estejam instruídos com as justificativas e respectiva comprovação dos fatos alegados;

9.2.2. Os pedidos de prorrogação do prazo de entrega que não atenderem às condições descritas acima serão indeferidos de plano pela CONTRATANTE;

9.2.3. Se aceita a justificativa, o CONTRATANTE emitirá novo pedido ou ordem de fornecimento à CONTRATADA com o prazo solicitado;

9.2.4. Em virtude dos riscos de inovação e de negócio envolvidos, a tolerância ao não cumprimento do escopo contratado dentro do prazo estipulado pelas Partes, necessariamente, não deverá ser interpretada como inadimplemento contratual que dê causa a sua rescisão. Não induzirá novação, precedente ou alteração dos pactos, levada à conta de simples liberalidade por parte da CONTRATANTE que tolerou, desde que o referido atraso não exceda 60 (sessenta) dias úteis.

**9.3 Entrega definitiva.** Após a realização de todos os ajustes requeridos, o CONTRATANTE receberá a etapa de forma definitiva, autorizando o respectivo pagamento, na forma da cláusula abaixo.

**CLÁUSULA 10ª - DA REVISÃO DO VALOR DO CONTRATO.** O valor deste CONTRATO não será objeto de revisão ou ajuste durante sua vigência.

**CLÁUSULA 11ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** São obrigações da CONTRATADA, além de outras especificadas neste CONTRATO, na proposta, estipuladas pelo instrumento convocatório e estabelecidas em lei:

I - Manter durante a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo de LICITAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS BRDE nº 2022/001, nos termos do inciso IX do art. 69 da Lei nº 13.303/2016;

II - Observar fielmente o Código de Conduta Ética do BRDE, o qual sistematiza os valores essenciais que norteiam os relacionamentos internos e externos com os diversos segmentos da sociedade e está disponível no endereço eletrônico [https://www.canalintegro.com.br/Clientes/Brde/download/codigo\\_conduta.pdf](https://www.canalintegro.com.br/Clientes/Brde/download/codigo_conduta.pdf);

III - Cumprir e obedecer a Política de Segurança da Informação, Cibernética e de Comunicações (PoSIC) do BRDE, bem como normas complementares;

IV - Permitir acesso do Banco Central do Brasil a documentação e informações referentes aos serviços prestados, termos firmados e às dependências da CONTRATADA;

V - Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATANTE, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere este Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais").

VI - Outras obrigações que sejam identificadas durante o procedimento de licitação, em razão de particularidades da proposta e negociação.

**CLÁUSULA 12ª - DAS OBRIGAÇÕES DO BRDE** São obrigações do BRDE, além de outras especificadas neste CONTRATO, estipuladas pelo instrumento convocatório e estabelecidas em lei:

I - Colocar à disposição da CONTRATADA todas as informações necessárias para a perfeita execução dos serviços objeto deste CONTRATO;

II - Fiscalizar a execução do presente CONTRATO, avaliando a execução e/ou o fornecimento do objeto e atestando o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

III - Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste CONTRATO;

IV - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

**CLÁUSULA 13ª - DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO** As partes, por seus representantes, através da assinatura do presente CONTRATO, declaram, garantem e comprometem-se, em relação a todos os atos com o desenvolvimento das atividades necessárias ao cumprimento do objeto deste CONTRATO:

I - As partes declaram ter conhecimento e ciência das normas e leis anticorrupção existentes no Brasil, em especial a Lei nº 12.846/2013 e a Lei nº 8.429/1992 e se comprometem a cumpri-las por seus sócios ou dirigentes, bem como exigir o seu cumprimento pelos colaboradores e terceiros por elas contratados:

II - As partes declaram que adotam políticas e procedimentos visando assegurar o cumprimento da legislação anticorrupção, devendo disponibilizar tais políticas e procedimentos ao BRDE, sempre que solicitado.

III - As partes declaram que observam as seguintes condutas: a) Não exploram mão de obra infantil; b) Não exploram qualquer forma de trabalho forçado ou análogo à condição de escravo; c) Não toleram quaisquer práticas que importem em discriminação de raça ou gênero.

IV - As partes também se obrigam a não contratar ou realizar a aquisição de produtos e/ou serviços de pessoas físicas ou jurídicas que explorem, direta ou indiretamente, as práticas vedadas nessa cláusula.

V - Na hipótese de descumprimento das cláusulas acima estipuladas, a parte infratora indenizará a parte prejudicada de quaisquer perdas e danos, de qualquer natureza, oriundos do descumprimento da legislação.

**CLÁUSULA 14ª –DA RESCISÃO** O presente CONTRATO poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

I - De forma unilateral, assegurada a prévia defesa, conforme previsto no item 7º do Regulamento de Licitações e Contratos do BRDE;



II - Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para o BRDE e para a CONTRATADA;

III - Por determinação judicial.

Parágrafo Primeiro: A inexecução total ou parcial do CONTRATO poderá ensejar sua rescisão, com as consequências nele previstas.

Parágrafo Segundo: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do BRDE.

Parágrafo Terceiro: A rescisão ou a expiração da vigência deste Contrato não afeta a responsabilidade das partes no que diz respeito ao sigilo de informações confidenciais, proteção de dados pessoais, titularidade de propriedade intelectual e participação nos resultados da sua exploração.

**CLÁUSULA 15ª - DAS PENALIDADES** Em caso de inexecução parcial, poderá o BRDE, a seu exclusivo critério, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no parágrafo terceiro;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BRDE, em virtude das situações previstas no item 89 do Regulamento de Licitações e Contratos do BRDE, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro: A multa poderá descontada da garantia da respectivo contratada, descontada em fatura ou paga diretamente pela contratada.

Parágrafo Segundo: A sanção de multa poderá ser aplicada juntamente com as penalidades de advertência e suspensão temporária de licitar e contratar com o BRDE.

Parágrafo Terceiro: Em caso de inexecução parcial, poderá o BRDE, a seu exclusivo critério, aplicar à CONTRATADA multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) calculada sobre o valor total do CONTRATO, até o limite máximo de 10% (dez por cento). Na hipótese de persistência, poderá o BRDE, a seu critério, considerar rescindido o contrato, sem prejuízo da multa e de ressarcimento por eventuais perdas e danos verificados.

**CLÁUSULA 16ª - DA LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS VINCULADOS** O presente CONTRATO reger-se-á pelas disposições da Lei Federal Complementar nº 182/2021, da Lei Federal nº 13.303/2016 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos do BRDE, bem como modificações posteriores que neles tenham sido ou venham a ser feitas. Fazem parte integrante deste CONTRATO, independente de transcrição, o Processo de LICITAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS BRDE nº 2022/001, os seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA 17ª - DO FORO** As partes elegem o foro da Comarca de Curitiba – PR para dirimir toda e qualquer dúvida relativa ao presente CONTRATO, o qual terá preferência sobre qualquer outro por mais especial que seja.

As partes, bem como as testemunhas, admitem como válida a assinatura do presente instrumento contratual em forma eletrônica, utilizando sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade deste documento, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Local, data.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

## ANEXO A – PLANO DE TRABALHO

Metas	Responsáveis	Metodologia de aferição

Forma de Entrega	Periodicidade de Entrega	Relatórios

Risco	Responsável	Consequência

**Definição dos Aspectos quando à titularidade dos direitos de propriedade intelectual das criações resultantes do CPSI.**

**Definição quanto à participação nos resultados de sua exploração, assegurados às partes os direitos de exploração comercial, de licenciamento e de transferência da tecnologia de que são titulares.**

Local, data.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS